



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

**Requerimento Nº 040/2025**

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer, após consultado o Soberano Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. Marinaldo Rosendo de Albuquerque, e à Secretária de Saúde, para que informem acerca das atuais condições de trabalho dos servidores da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Timbaúba, uma vez que, através das redes sociais, denúncias foram formuladas sobre a ausência de local adequado para descanso, de copa para as refeições, e a presença de instalações insalubres para permanência dos médicos, enfermeiros e demais servidores municipais.

**Justificativa**

É importante ressaltar que, conforme previsto no artigo 37 da Constituição Federal, a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Dessa forma, qualquer decisão que impacte diretamente os servidores públicos e o serviço prestado à população deve ser devidamente justificada e publicizada. Ademais, nos termos do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral, salvo aquelas cujo sigilo seja imprescindível.

Além disso, a Constituição Federal, em seu artigo 31, confere ao Poder Legislativo municipal, por meio de seus representantes eleitos, o dever de fiscalizar os atos do Poder Executivo, incluindo a gestão dos serviços públicos, como a saúde. O artigo 70 da mesma Carta Magna reforça essa prerrogativa ao estabelecer que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública será exercida pelo Poder Legislativo. Dessa forma, o vereador possui legitimidade para exigir esclarecimentos sobre a gestão da UPA, garantindo transparência e respeito aos direitos dos trabalhadores.

No que tange à condição dos trabalhadores da saúde, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu artigo 75, bem como a Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho, estabelecem que os empregados têm direito a condições de trabalho que resguardecem sua saúde e segurança. Em relação à jornada de trabalho de 12 horas, é garantido ao trabalhador o direito a intervalos para descanso, conforme

*Recebido  
02/04/2025  
Hoo*



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

estabelecido no artigo 71 da CLT. Além disso, a Lei nº 13.467/2017 reforça a necessidade de pausas adequadas, visando a redução da fadiga e prevenção de doenças ocupacionais.

Diante desse quadro preocupante, solicito que a Prefeitura e a Secretaria de Saúde prestem esclarecimentos sobre a real situação da UPA, confirmando ou negando as informações levantadas e informando que providências serão adotadas para garantir melhores condições de trabalho aos servidores. É essencial que o poder público se posicione e apresente soluções para que esses profissionais possam desempenhar suas funções com segurança e dignidade.

Sala de Sessões da Câmara de Timbaúba, 02 de abril de 2025.

JOAO ROBERTO  
MARTINS CARDOSO

Assinado de forma digital por  
JOAO ROBERTO MARTINS  
CARDOSO  
Dados: 2025.04.02 09:44:24 -03'00'

**JOÃO ROBERTO MARTINS CARDOSO**

Vereador de Timbaúba





# CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA PERNAMBUCO CASA DR. MANOEL BORBA

## ANEXO I – Imagens enviadas na denúncia.



Não tem mas água



“Denúncia Urgente sobre a UPA”  
- Tiraram os leitos dos funcionários (leitos que seriam para descanso alegando que eles não precisavam)  
- Funcionários sem copa  
- funcionários sem repouso (trabalho desumano)  
- Isso tudo está rolando agora na UPA quem poder ir presencialmente irá ver tudo isso acontecendo em tempo real

Não tem mas cama



Timbaúba pede socorro  
Autoridades façam alguma coisa



A situação que os funcionários da Upa de Timbaúba dormia



Resolução nº 100/2025

A ordem de dia da reunião

Em Única discursão

Sala das Sessões 14/04/2025

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA  
PERNAMBUCO  
CASA DR. MANOEL BOMBA  
Resolução nº 100/2025  
Em Única discursão  
Unanimidade  
Sala das Sessões 14/04/2025  
Presidente

Justificativa

É importante ressaltar que, conforme previsto no artigo 17 da Constituição Federal, a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Dessa forma, qualquer decisão que implique o desmonte de serviços públicos e o prejuízo prestado à população deve ser devidamente justificada e publicada. Ademais, nos termos do artigo 37, inciso XXXIII da Constituição Federal, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral, sendo aquelas cujo sigilo seja imprescindível.

Além disso, a Constituição Federal, em seu artigo 31, confere ao Poder Legislativo municipal, por meio de seus representantes eleitos, o dever de fiscalizar os atos do Poder Executivo, incluindo a gestão dos serviços públicos, como a saúde. O presente projeto de lei visa assegurar essa prerrogativa ao estabelecer que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública não exercida pelo Poder Legislativo. Dessa forma, o vereador possui legitimidade para exigir esclarecimentos sobre a gestão da UPA, garantindo transparência e respeito aos direitos dos trabalhadores.

Visto que surge a condição dos trabalhadores da saúde, a Constituição da Lei do Trabalho (CLT) em seu artigo 2º, bem como a Norma Regulamentadora nº 17 de Segurança do Trabalho, estabelecem que os empregados têm direito a condições de trabalho que assegurem sua saúde e segurança. Em relação à jornada de trabalho, é garantido ao trabalhador o direito a intervalos para descanso, conforme